



# ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A

(em recuperação judicial)

CNPJ: 07.699.082/0001-53

## Relatório da Administração

**Prezados Senhores:** A Administração do Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes.

**Nota introdutória:**

O ano de 2021 foi um ano muito importante para o Estaleiro Atlântico Sul S.A., com avanços significativos em relação à estratégia de reestruturação da Companhia.

Primeiramente, porque em maio de 2021 o EAS teve o seu plano de recuperação judicial aprovado pela grande maioria de seus credores, e homologado em junho de 2021 pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca/PE. Ademais, ainda sob esse aspecto, além de estar cumprindo integralmente com seu plano de reestruturação, a Companhia pôde antecipar pagamentos aos seus credores, reforçando o seu compromisso com o pagamento da dívida.

Em segundo lugar, porque em 2021 o EAS consolidou sua posição no mercado de reparos navais, retomando por definitivo sua atividade empresarial, ainda que em menores proporções. Tal retomada, além de permitir que a empresa voltasse a gerar receitas e empregar colaboradores, potencializa sua capacidade de realização de novos negócios, lançando o estaleiro como fornecedor de outros produtos e serviços, além da construção naval.

Dentro desse contexto, em 2021 a Companhia avançou em relação a dois propósitos basilares de seu plano de recuperação: o primeiro, concernente à reestruturação financeira da companhia e o segundo, à reestruturação das atividades, através da diversificação das atividades do EAS.

**Serviços de reparos naval e esforço da companhia para geração de novos negócios:**

No ano de 2021, o EAS consolidou-se no segmento de reparo naval, o que contribuiu para uma melhora significativa do resultado operacional da companhia quando comparado com o período anterior.

Para 2022, o EAS busca não só manter os serviços de reparo naval atualmente desempenhados, mas também, o desenvolvimento de novas oportunidades de negócios em segmentos diversos, de acordo com a demanda do mercado e a capacidade operacional da companhia. Tudo isso com o objetivo de gerar mais receita e alavancar o resultado operacional.

**Redução de custos:**

Como parte do processo de reestruturação, o EAS, no ano de 2021, reduziu seu custo fixo, sem comprometer a segurança e preservação das pessoas e do ativo, que são nossa prioridade.

Não obstante tal redução, aliada ao resultado operacional positivo das atividades de reparo naval, tenha colaborado materialmente para preservação do caixa do EAS, em 2021 as despesas da Companhia ainda superaram sua geração de caixa, especialmente em função dos desembolsos com o processo de Recuperação Judicial, os quais incluem os pagamentos de custas inerentes ao processo, pareceres técnicos e remuneração de assessores.

Além do foco na geração de caixa, a Companhia mantém esforços direcionados à redução de custos, através de ações de melhoria contínua,

visando o aumento de sua produtividade, a diminuição de seus custos indiretos (que deve ocorrer de forma paulatina, com o encerramento de determinadas fases do processo de reestruturação) e controles rígidos, além de ações de incentivo à identificação de oportunidades de economia por parte dos colaboradores.

**Redução da dívida e estrutura de capital:**

Ainda em 2021, o EAS iniciou o pagamento de sua dívida perante os credores, segundo ordem de preferência estabelecida no plano e prevista na Lei nº 11.101/2005, tendo ainda obtido determinados descontos financeiros em razão da aplicação das regras do plano de recuperação aprovado e homologado.

Através de mecanismos previstos no plano de reestruturação, o EAS conseguiu reduzir significativamente sua dívida perante determinados credores, que optaram, em contrapartida ao recebimento antecipado, por perdoar percentual substancial da dívida ("Janela de Oportunidade para Perdão de Dívida"). Além disso, no ano de 2021, o EAS também antecipou pagamentos aos seus credores com excedente de caixa, contribuindo assim para a redução do seu passivo.

As dívidas de maior porte também foram reestruturadas no longo prazo pelo plano de recuperação judicial, na medida em que previu, em linhas gerais, carência de 3 (três) anos para início dos pagamentos, prazo de 15 (quinze) anos para amortização dos débitos e repactuação das taxas de juros originalmente pactuadas.

Não obstante os desembolsos realizados ao longo do ano com o pagamento de dívidas e custas relacionadas ao Plano de Recuperação, o EAS mantém posição de caixa robusta e consistente com suas demandas e obrigações.

Nestes termos, a recuperação judicial serviu ao propósito de reequilibrar a estrutura de capital da Companhia, proporcionando um ambiente seguro e saudável ao desenvolvimento de suas atividades operacionais e cumprimento do seu plano de reestruturação.

**Alienação de Unidades Produtivas Isoladas:**

O plano de recuperação judicial do EAS prevê, como meio de reestruturação, a alienação de determinadas áreas *não operacionais* para atividade da companhia (Unidades Produtivas Isoladas - "UPIs" A e B.)

No ano de 2021 o EAS promoveu o primeiro leilão para alienação da UPI B. Entretanto, o processo não foi concluído por ausência de propostas. Nesse diapasão, o EAS iniciou discussões com credores e terceiros com vistas à revisão dos parâmetros de alienação da UPI B, de forma a adequá-los à realidade do mercado.

**Redução do passivo trabalhista, tributário e cível:**

Com a aprovação do plano de recuperação judicial, o EAS conseguiu reduzir o contingenciamento do seu passivo, visando otimizar o resultado.

**Cível e Trabalhista:** Os passivos cíveis e trabalhistas, existentes até a data do ajuizamento da recuperação judicial (30/01/2020), conforme regra do art. 49 da Lei nº 11.101/2005, estão sendo endereçados no plano de recuperação judicial, de acordo com as regras de pagamento nele previstas.

**Tributário:** O EAS possui créditos tributários relevantes que, ao longo de 2021, se materializaram em parte. A perspectiva para o futuro é que projeção de créditos tributários a receber se consolide, contribuindo para o caixa da Companhia.

## Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2021 E 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020		
<b>ATIVOS</b>										
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.330	70.435	88.250	126.795					
Contas a receber	4	11.979	24.278	9.980	20.502					
Estoques	5	9.880	14.593	9.880	14.593					
Impostos a recuperar	6	9.155	9.026	9.155	10.168					
Despesas antecipadas		477	133	477	133					
Adiantamento a fornecedores	8	2.474	1.458	2.474	1.458					
Outros créditos		22	72	22	73					
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>114.317</b>	<b>119.995</b>	<b>120.238</b>	<b>173.721</b>					
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>										
Aplicações financeiras restritas	7	5.107	5.020	5.107	5.020					
Impostos a recuperar	6	94.321	103.999	94.321	103.999					
Outros créditos	9	18.154	64.437	3.282	16.289					
Ativos mantidos para venda		3.316	3.316	3.316	3.316					
Investimentos em empresas controladas	11	874.409	824.242	-	-					
Imobilizado líquido	12	1.754.254	1.802.435	1.754.254	1.802.435					
Intangível líquido	13	1.931	2.802	1.931	2.802					
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.751.492</b>	<b>2.806.251</b>	<b>1.862.211</b>	<b>1.933.862</b>					
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>2.865.809</b>	<b>2.926.246</b>	<b>1.982.449</b>	<b>2.107.583</b>					
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>										
Fornecedores	15	13.403	30.377	105.182	116.484					
Empréstimos e financiamentos	16	-	131.653	-	131.653					
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	17	8.155	10.632	8.155	10.632					
Impostos a recolher		6.955	6.750	6.955	6.752					
Adiantamentos de clientes	4	2.294	6.279	2.294	14.876					
Contas a pagar	19	-	39.969	-	39.969					
Outras contas a pagar		403	464	403	464					
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>31.210</b>	<b>226.123</b>	<b>122.989</b>	<b>320.829</b>					
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>										
Fornecedores	15	75.484	33.687	94.083	114.056					
Empréstimos e financiamentos	16	960.855	900.143	960.855	900.143					
Adiantamentos de clientes	4 e 14	993.738	993.738	-	-					
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	46.282	90.378	46.282	90.378					
Contas a pagar	19	179.767	132.702	179.767	132.702					
Débitos com partes relacionadas	14	190.196	127.858	190.196	127.858					
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>2.446.323</b>	<b>2.278.507</b>	<b>1.471.184</b>	<b>1.365.137</b>					
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
Capital social	20	2.159.899	2.159.899	2.159.899	2.159.899					
Prejuízos acumulados		(1.879.161)	(1.845.821)	(1.879.161)	(1.845.821)					
Ajuste acumulado de conversão		107.538	107.538	107.538	107.538					
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>2.865.809</b>	<b>2.926.246</b>	<b>1.982.449</b>	<b>2.107.583</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de reparo naval	4	65.401	19.381	65.401	19.381
Custo de reparo naval	22	(48.939)	(15.463)	(48.939)	(15.463)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>16.462</b>	<b>3.918</b>	<b>16.462</b>	<b>3.918</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	22	(82.326)	(108.750)	(82.802)	(127.474)
Equivalência patrimonial	11	48.623	(43.570)	-	-
Depreciação e amortização		(43.018)	(46.671)	(43.018)	(46.671)
Outras receitas operacionais - líquidas		12.635	(1.104)	22.859	(1.104)
<b>Total</b>		<b>(64.086)</b>	<b>(200.095)</b>	<b>(102.960)</b>	<b>(175.249)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(47.625)</b>	<b>(196.177)</b>	<b>(86.499)</b>	<b>(171.331)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	23	46.672	4.488	91.781	4.488
Receitas financeiras		(27.649)	(124.485)	(27.658)	(124.485)
Despesas financeiras		(4.738)	(1.091)	(10.967)	(25.937)
Varição cambial líquida		14.284	(121.088)	53.158	(145.934)
<b>Total</b>		<b>(33.340)</b>	<b>(317.265)</b>	<b>(33.340)</b>	<b>(317.265)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(33.340)</b>	<b>(317.265)</b>	<b>(33.340)</b>	<b>(317.265)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>	20	(0,001)	(0,005)	(0,001)	(0,005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo dos exercícios		(33.340)	(317.265)	(33.340)	(317.265)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>					
Juros ativos e passivos, líquidos		25.064	123.076	31.293	123.076
Resultado de equivalência patrimonial	11	(48.623)	43.570	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	(44.096)	30.187	(44.096)	30.187
Depreciação	12	47.888	52.943	47.888	52.943
Amortização	13	871	3.175	871	3.175
Constituição de provisão para perda com estoques	5	4.501	(1.402)	4.501	(1.402)
		<b>(47.734)</b>	<b>(65.716)</b>	<b>7.117</b>	<b>(109.286)</b>
<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>					
Contas a receber	4	12.299	(14.293)	10.522	(3.975)
Adiantamento a fornecedores	8	(1.016)	22.653	(1.016)	22.653
Estoques	5	211	395	211	395
Impostos a recuperar	6	9.549	17.389	10.692	17.244
Despesas antecipadas		(344)	192	(344)	192
Outros créditos	9	46.333	6.289	13.058	5.959
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>					
Fornecedores	15	13.280	11.119	(49.048)	41.437
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	17	(2.477)	(2.933)	(2.477)	(2.933)
Impostos a recolher		205	6.205	203	6.207
Adiantamentos de clientes	4	(3.985)	4.653	(12.582)	7.184
Obrigações com partes relacionadas	14	50.410	91.616	50.410	91.616
Outras contas a pagar		(61)	(155)	(61)	(156)
		<b>124.404</b>	<b>143.130</b>	<b>19.568</b>	<b>185.823</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>76.670</b>	<b>77.414</b>	<b>26.685</b>	<b>76.537</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Resgate (aplicação em) de investimento temporário, líquido		(86)	15.534	(86)	15.534
Baixa de ativo Investimento	11	(1.545)	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado, líquida	12	293	-	293	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(1.338)</b>	<b>15.534</b>	<b>207</b>	<b>15.534</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(65.437)	(39.991)	(65.437)	(39.991)
Captações de financiamentos e empréstimos	16	-	31.958	-	31.958
Amortização de financiamentos e empréstimos		-	(98.888)	-	(98.888)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(65.437)</b>	<b>(106.921)</b>	<b>(65.437)</b>	<b>(106.921)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>9.895</b>	<b>(13.973)</b>	<b>(38.545)</b>	<b>(14.850)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3	70.435	84.408	126.795	141.645
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	3	80.330	70.435	88.250	126.795
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>9.895</b>	<b>(13.973)</b>	<b>(38.545)</b>	<b>(14.850)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua →

—★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020** (valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

**1. Informações gerais**

O Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial ("Companhia" ou "EAS") foi criado em 21 de novembro de 2005. Marco na revitalização da indústria naval brasileira, atua nas áreas de engenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas incluindo entre outros o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval. (\*) Possui capacidade tecnológica para produzir amplo portfólio de navios até 500 mil Toneladas de Porte Bruto (TPB). (\*) Do ponto de vista tecnológico a Companhia é o único estaleiro do país a figurar na time de plantas navais de 4ª geração a exemplo dos mais modernos estaleiros asiáticos considerados a vanguarda do setor. (\*) A Companhia tem equipamentos que estão entre os mais modernos do segmento a exemplo de dois pórticos do tipo Goliath. Cada um destes pórticos possui 100 metros de altura (o equivalente a um prédio de 33 andares), um vão (distância) entre as "pernas" de 164 metros e capacidade de içamento de 1.500 toneladas. Esses pórticos podem operar sincronizados e juntos conseguem movimentar cargas de até 2.800 toneladas. (\*) A Companhia está localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco o que lhe proporciona condições logísticas privilegiadas em relação ao chamado "Triângulo de Ouro" da indústria de petróleo e gás e a coloca no centro das principais rotas de navegação de cabotagem no Nordeste. (\*) Dispondo de uma área de 1.600.000m² e infraestrutura completa, com acesso direto ao mar tanto pelo lado sul como pelo lado leste o EAS se tornou o maior estaleiro do Hemisfério Sul e ampliou seu potencial para além da indústria naval desenvolvendo vocação também para implantação de projetos de infraestrutura. (\*) Ao se instalar no Nordeste o Estaleiro colaborou ativa e efetivamente para o desenvolvimento econômico e social da região, gerou milhares de empregos em municípios com baixos índices de empregabilidade tais como: Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e atraiu uma poderosa cadeia de negócios formada por fornecedores nacionais e internacionais de bens e serviços que integram o setor. (\*) O EAS é o estaleiro que produziu o maior número de navios de grande porte no país tendo concluído em junho de 2019 com sucesso uma carteira de encomendas que incluem 15 navios tanqueiros e duas plataformas. (\*) Nos últimos 7 anos trabalhou com foco em melhorias e alcançou níveis recordes de produtividade o que repercutiu na entrega antecipada de embarcações com qualidade reconhecida pelo cliente e alçou o Estaleiro a níveis de eficiência comparáveis aos padrões internacionais. (\*) Ao longo de sua história e mesmo nos momentos de adversidade a Companhia sempre manteve o seu compromisso com seus clientes, acionistas, credores e colaboradores atuando de forma incansável na busca por níveis crescentes de produtividade através de uma adequada gestão de custo e com preocupação especial com a qualidade de seus produtos e segurança de seus empregados. (\*) Fiel aos seus valores sempre manteve um ambiente de trabalho que valorizasse o desenvolvimento de seus colaboradores assegurando oportunidades de crescimento profissional, melhoria da qualidade de vida e promoção de saúde. (\*) Não obstante seu histórico de superação a partir de 2015 em decorrência da crise na indústria de petróleo agravada por mudanças drásticas no ambiente regulatório com alteração das premissas e parâmetros que incentivavam a produção nacional de embarcações, o EAS sofreu o cancelamento de contratos e por consequência a redução de suas receitas com efeitos adversos em sua estrutura de capital. (\*) Em janeiro de 2020 com o objetivo de solucionar problemas de liquidez e assegurar uma reestruturação coordenada que lhe permita desenvolver de forma sustentável os seus negócios, endereçar da melhor forma os interesses de seus *stakeholders* e exercitar com plenitude sua função social, o EAS iniciou processo de recuperação judicial adiante detalhado no item "e" da Nota Explicativa destinada à "Continuidade Operacional". (\*) No contexto do processo de reestruturação, operacional e de dívida a Companhia trabalha na adequação dos seus negócios à nova realidade econômica e de mercado com a diversificação de suas atividades para além da construção naval. Neste sentido a Administração do EAS vêm trabalhando fortemente no desenvolvimento de oportunidades que maximizem as perspectivas de longo prazo da Companhia. (\*) Em outubro de 2020 a Companhia executou seu primeiro projeto de reparo naval evidenciando seu esforço em se adequar às exigências do mercado. No final de 2020 o EAS já estava com o terceiro projeto de reparo em curso e outros projetos no *pipeline* para o exercício seguinte. Em 2021 a Companhia evoluiu na atividade de reparo naval tendo executado e entregue onze (11) projetos e um (1) projeto iniciado em dezembro 2021. Devido ao posicionamento e consolidação do serviço de reparo, para o primeiro trimestre de 2022 a companhia já possui seis (6) projetos de reparo naval. Em 21 de maio de 2021 o Plano de Recuperação Judicial da Companhia foi aprovado pelo sistema de *cram down* (O instituto do *cram down* é um termo utilizado na doutrina americana, sem tradução fiel, segundo a qual possibilita ao juiz impor aos credores discordantes a aprovação do plano apresentada pelo devedor e já aceito pela maioria) mediante adesão de 100% dos credores das Classes I e IV e 97,07% dos credores da Classe II nos termos do art. 58, §1º da LREF. A aprovação do plano foi homologada em 03 de junho de 2021 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - Poder Judiciário - 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca - Processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730 requerido pelas Recuperandas Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial e Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A.. (\*) **Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.** **1.1. Estrutura societária:** Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado cujos sócios são grupos com tradição na indústria brasileira: Grupo Camargo Corrêa e Grupo Queiroz Galvão. (\*) O Grupo Camargo Corrêa é um grande conglomerado empresarial privado brasileiro. Fundado em 1939 com presença internacional e com atuação destacada nos setores de cimento, de transporte e mobilidade urbana, engenharia e construção, incorporação imobiliária e indústria naval. (\*) O Grupo Queiroz Galvão foi fundado em 1953 tem foco nos segmentos de construção, óleo e gás, participações e concessões, siderurgia, alimentos, desenvolvimento imobiliário e engenharia ambiental. Está presente em todos os estados brasileiros e em outros países da América do Sul, América Central e da África, além de Estados Unidos, Canadá e Europa. (\*) (\*) **Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.** **a) Eventos operacionais relevantes: O processo de melhoria no EAS:** O processo de melhoria contínua da Companhia está baseado em quatro principais pilares: **Gestão:** utilização de sistema de gestão que permite o acompanhamento das metas estabelecidas e foco em resultados; **Processos:** implementação de modernos processos de produção otimizados para produção seriada em todas as fases de construção das embarcações; **Tecnologia:** implementação das principais tecnologias do mundo; **Infraestrutura:** disponibilidade de parque fabril de última geração. (\*) Os resultados apresentados ao longo do tempo repercutiram no aumento da eficiência geral da organização, a melhoria expressiva nos níveis de produtividade, representado pela redução de horas aplicadas e dos ciclos produtivos evoluindo para níveis internacionais de produtividade e a redução de custos. (\*) A performance do EAS na execução dos projetos de reparo confirmou as melhores expectativas não somente do EAS, mas também dos armadores, posicionando a Companhia na vanguarda dos estaleiros especializados em manutenção e reparo de embarcações. (\*) O EAS é reconhecido pelos clientes como uma das principais opções para reparos navais no Brasil e a consolidação no mercado é decorrente da realização de serviços com segurança, qualidade, prazo e compromisso com os clientes. (\*) Cabe destacar também o aprimoramento contínuo dos níveis de governança da Companhia através do Comitê de Ética e Comitê de Auditoria, além do monitoramento e treinamento contínuo do cumprimento do Código de Ética e do Manual Anticorrupção propiciando um ambiente de negócio e de trabalho mais sadio, mais seguro e mais eficiente, no qual a transparência permeia as relações com todos os "stakeholders". (\*) (\*) **Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.** **1.2. Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 33.340 (prejuízo de R\$ 317.265 em 2020) acumulando o total de R\$ 1.879.161 em prejuízos até a mesma data (prejuízo acumulado em R\$ 1.845.821 até 2020). Acrescido a isso, a Companhia apresentou geração de caixa operacional consolidada positiva de R\$ 26.685 em 31 de dezembro de 2021 (contra uma geração de caixa operacional consolidada positiva de R\$ 76.537 em 31 de dezembro de 2020). Além dos esforços despendidos pela Companhia visando a retomada gradativa de suas atividades e aprovação do seu plano de recuperação judicial (conforme detalhado a seguir) o EAS vem adotando outras medidas que contribuem com seus níveis de liquidez e melhoraram sua estrutura de capital. Algumas das principais medidas adotadas nos últimos dois anos estão relacionadas a seguir: **(a)** A Companhia (Controladora) finalizou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 80.330 e saldo de contas a receber no montante de R\$ 11.979 onde R\$ 4.760 é referente as pendências relativas à construção dos navios e R\$ 420 decorrente de venda de sucata (ambos os saldos com previsão de recebimento em 2022). O montante de R\$ 2.790 é decorrente de serviços de reparos naval (a vencer) e R\$ 4.009 referente a transações entre as companhias; **(b)** Em 09 de janeiro de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em Assembleia Geral no montante de R\$ 1.436 mediante a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs); **(c)** Em 2020 foi aprovado contrato de sub-rogação com os acionistas no valor de R\$ 91.616 e durante o período de 2021 foram assinados novos contratos no montante de R\$ 50.410 referente ao pagamento de endividamento do EAS pelos acionistas na condição de fiadores; **(d)** Como parte do processo de reestruturação o EAS no ano de 2021 reduziu seu custo fixo garantindo a segurança e preservação das pessoas e do ativo, bem como cumpriu com as obrigações legais e preservou o saldo de caixa da Empresa; **(e)** Aprovação do plano de recuperação judicial: em 21 de maio de 2021 foi retomada a Assembleia Geral de Credores do EAS para deliberação do plano de recuperação judicial. O plano foi aprovado pelo sistema de *cram down* mediante adesão de 100% dos credores das Classes I e IV e 97,07% dos credores da Classe II nos termos do art. 58, §1º da LREF. A aprovação do plano foi homologada em 03 de junho de 2021 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - Poder Judiciário - 1ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca - Processo nº 0000162-07.2020.8.17.2730 requerido pelas Recuperandas Estaleiro Atlântico Sul S.A. e Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A.. Em 03 de junho de 2021 a decisão de concessão da recuperação judicial e homologação do plano foi proferida e a publicação foi efetuada no dia 08 de junho de 2021. Nos termos da cláusula 1.6.39 do PRJ, o início da vigência do prazo para cumprimento do plano inicia na data da publicação da decisão que homologou o documento, nesse caso, ocorrida no dia 08 de junho de 2021. O plano de recuperação judicial prevê para o pagamento dos credores forma de pagamento B (aqueles detentores de créditos superiores a R\$ 1.000.000 (um milhão de Reais)) prazo de carência de 3 (três) anos e prazo de amortização de 15 (quinze) anos com correção monetária inicial correspondente a 120% do CDI, reduzível para 115% caso verificada a ocorrência de certos eventos. O plano prevê ainda a possibilidade de prorrogar o prazo de amortização mediante deliberação dos credores forma de pagamento B. Esses créditos deverão ser amortizados após a carência de 3 anos em parcelas anuais devidas até 31 de maio de cada ano de forma proporcional ao saldo devido aos credores na data de pagamento respeitado cronograma de amortização previsto no plano. O plano prevê ainda hipóteses de amortização extraordinária dos créditos mediante: i) Alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs); ii) Distribuição mediante excedente de caixa; iii) Janelas de oportunidade por meio das quais é facultado aos credores o recebimento antecipado dos créditos mediante contrapartida à contribuição para a redução do endividamento da Companhia. As hipóteses de amortização extraordinária traduzem o compromisso da Companhia de antecipar o quanto possível o pagamento de seus credores. O EAS (Controladora) encerrou o ano com o saldo de caixa no montante de R\$ 80,3 milhões, maior do que havia projetado em razão de uma redução de custos e de receitas acima do esperado. Com melhor geração e preservação de caixa no período, a Companhia solicitou aos credores um evento adicional de antecipação de distribuição de excedente de caixa (*cash sweep*) no montante de R\$ 30 milhões sendo aprovado por unanimidade pelos credores habilitados. O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2021 e distribuídos nos termos do PRJ com prioridade para os credores que aderiram a janela de oportunidade e para os credores extraconcurais. A seguir a posição dos credores do EAS em 31 de dezembro de 2021 conforme plano de recuperação judicial do Estaleiro:

<b>RESUMO DOS CREDITORES POR CLASSE</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
CLASSE I	2.708
CLASSE II	1.045.395
CLASSE III	86.830
CLASSE IV	21.756
EXTRACONCURSAL	52.062
<b>TOTAL SEM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>1.208,752</b>
CLASSE II (PARTES RELACIONADAS)	186.709
EXTRACONCURSAL (PARTES RELACIONADAS)	3,488
<b>TOTAL PARTES RELACIONADAS</b>	<b>190,197</b>
<b>TOTAL DE CREDITORES</b>	<b>1.398,948</b>

A Administração acredita na continuidade da Companhia por meio das medidas acima. **b) Investimento em sociedades: Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ("Consunav") - 100% de participação:** A Consunav tem como principal objeto social a prestação de serviços de engenharia na área naval, desenvolvimento de projetos de novas embarcações, consultoria e estudos, planejamento, vistorias e acompanhamento de construções de embarcações. Na data de 30 de novembro de 2021 as Recuperandas reuniram-se a fim de deliberar sobre a incorporação da Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ao Estaleiro Atlântico Sul S.A. conforme disposto na cláusula 8.3 do PRJ (Plano de Recuperação Judicial) aprovado. Conforme laudo realizado pela Pemom Auditoria e Consultoria Ltda. foi incorporado ao patrimônio líquido do EAS o patrimônio líquido negativo de R\$ 1.545.653,05. **EAS International Inc ("EAS Inc.") - 100% de participação:** Constituída no Panamá em 21 de março de 2011 com capital social subscrito de R\$ 42.316 sendo R\$ 24.713 integralizado e R\$ 17.603 a integralizar, tem como principal objeto social a execução dos contratos de construção de plataformas. Em 31 de dezembro de 2021 a Controlada não possuía atividade operacional relevante sendo seus ativos líquidos constituídos por adiantamentos à Controladora (vide Nota Explicativa no 4) e determinados passivos com fornecedores. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 11 a Administração da Companhia definiu em 2018 pela alteração da moeda funcional do EAS INC Development de Dólares para Reais. A mudança foi motivada

pelos seguintes aspectos conforme estabelecido no CPC 02 (R2) "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis". A partir de janeiro de 2018 o EAS Inc. deixou de possuir estrutura operacional própria nem autonomia nas decisões devido a mudança no cenário operacional da Controlada. O principal ambiente econômico é atualmente determinado em Reais (R\$). (\*) **Informações e dados não sujeitos aos exames do auditor independente.** **c) Impactos da COVID-19:** A Administração tem monitorado o avanço da COVID-19 (corona vírus) e seu impacto nas operações da Companhia. Diversas ações de monitoramento são tomadas, entre elas destacamos a manutenção de um comitê formado pela alta liderança da Companhia para que as decisões estejam em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, das autoridades locais e das entidades de classe. A Companhia vem adotando medidas para mitigar a transmissão do vírus tais como: aquisição de máscaras descartáveis para entrega a todos os funcionários e terceiros; aferição de temperatura de todos os funcionários e visitantes do EAS; contratação de funcionário para limpeza exclusiva para das áreas comuns (banheiros, halls, corredores etc.); aferição de temperatura no momento de embarque nos ônibus fretados da empresa; realização de testes periódicos em funcionários da empresa; manutenção do rodízio dos funcionários do escritório; disponibilização de protetor facial para os funcionários e uso de álcool em todas as áreas comuns da empresa; treinamento/orientação do médico do trabalho para os colaboradores. Não conseguimos a esta altura prever os impactos sobre as demonstrações contábeis até o final do surto no país. Até o presente momento não houve abalo relevante que pudesse impactar as demonstrações contábeis tampouco houve implicação nas estimativas contábeis da Companhia que justificasse alteração nos números relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia continuará com o monitoramento e avaliará os impactos e quando necessário fará as devidas divulgações.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Controladora e das Controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) a moeda funcional da Companhia e de suas Controladas. **2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os adiantamentos efetuados referem-se à compra de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento em moeda estrangeira e são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real - R\$) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato de os adiantamentos serem considerados pré-pagamentos que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado a Companhia efetua o registro do imobilizado ou custo incorrido caso seja componente de produção contra a baixa do adiantamento correspondente. **2.5. Principais fontes de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir: **2.5.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. **2.5.2. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.5.3. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** A Companhia reconhece provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Apuração dos resultados de reparo naval:** Com relação à operação de reparo naval caso os custos incorridos sejam registrados em mais de um exercício, as receitas são reconhecidas proporcionalmente ao percentual de avanço físico do reparo. O resultado é mensurado na proporção que os custos do contrato são incorridos pelo trabalho executado até a data do balanço proporcionalmente ao custo total estimado. Caso os custos incorridos não reflitam o trabalho executado, eles são utilizados para determinação da etapa da conclusão física da obra quando se referem a materiais feitos especificamente para um determinado contrato. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. Quando é provável que o total dos custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado. Caso a fase de execução física da obra seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, a rubrica contas a receber é apresentada no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia por parte das disposições contratuais dos instrumentos. **2.7.1. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma: **a) Custo Amortizado (CA):** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado (CA): • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram em datas específicas fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao Custo Amortizado (CA) ou aos critérios de mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A Companhia não designou instrumentos da dívida ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **2.7.2. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao Custo Amortizado (CA) pelo método da taxa de juros efetiva. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.9. Aplicações financeiras restritas:** Trata-se de aplicação financeira restrita a contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil e aplicações financeiras para garantia de execução fiscal por cobrança indevida de débitos fiscais. É mensurado pelo custo de aquisição acrescido por juros incorridos até a data das demonstrações contábeis consolidadas. **2.10. Contas a receber:** Estão representadas basicamente pela diferença entre as contas a receber reconhecidas proporcionalmente à etapa de conclusão física de cada projeto na data do balanço e os adiantamentos recebidos pelos clientes. Esta classificação é calculada para cada projeto individualmente e considera quaisquer alterações nas margens projetadas. Não há Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no contexto destas demonstrações contábeis, pois a Administração não espera incorrer em perdas com os saldos de contas a receber com o seu cliente Transpetro e para os clientes de reparo naval que efetuam os pagamentos conforme cronogramas estabelecidos. Não há histórico de perdas. **2.11. Despesas antecipadas:** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis cuja amortização ocorre linearmente considerando os prazos contratuais. **2.12. Investimentos e base de consolidação:** Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. **2.13. Estoques:** Os estoques apresentam os materiais para construção de navios, para as atividades de reparo naval e para a manutenção do site do EAS e são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. A segregação é feita com base na data de entrega dos projetos. **2.14. Imobilizado líquido:** Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos" avalia a eventual necessidade de contabilização de provisão para *impairment* do ativo imobilizado considerando o **valor de venda** dos bens tomados em conjunto, líquidos de despesas de alienação denominados nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. A Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. **2.15. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.16. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. Os ativos intangíveis da Companhia são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. **2.17. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente incorridos até as datas dos balanços e demonstrado na Nota Explicativa nº 16. **2.19. Tributação: 2.19.1. Impostos correntes:** As receitas de reparo naval relativas às embarcações pré-registradas no Registro

—☆ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**  
(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

Especial Brasileiro (REB) são equiparadas à exportação e não estão sujeitas à incidência do PIS e da COFINS conforme a Lei nº 9.432/97. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O preço predeterminado é aquele fixado contratualmente, sujeito ou não a reajustamento para execução global e a apuração do resultado em cada período-base e sua inclusão na determinação do lucro líquido será feita ainda que não ocorrida à transferência de propriedade. Nesse caso é determinada parcela dos lucros apurados pela Companhia que não tenha sido recebida pelo qual essa parcela é objeto de diferimento da tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas e contribuição social sobre o lucro líquido. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante de acordo com a previsão de sua realização. **2.19.2. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável incluindo saldo de prejuízos fiscais quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. **2.20. Benefícios fiscais: 2.20.1. Isenções fiscais:** A Companhia é beneficiária das seguintes isenções fiscais: **a) RECAP - regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras:** Previsto na Lei nº 11.196/05 o benefício fiscal consiste na desoneração do PIS e da COFINS suspensos nas aquisições de bens de capital nacionais ou importados incluídos no "RECAP" destinados a estaleiros e exportadores preponderantes com objetivo de serem registrados no ativo imobilizado ou utilizados no processo industrial. O RECAP é restritivo aos itens conforme lista de NCM prevista nos Decretos nºs 5.788/2006 e 6.581/2008. O ato declaratório nº 94 de 31/08/2018 habilitou a Cia a fruir o benefício até ago/2021. **b) PRODINPE - Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do Estado de Pernambuco:** Previsto na Lei nº 12.710/04 beneficia a Companhia com isenção ou diferimento do ICMS nas aquisições de insumos para o processo produtivo, bens para o ativo imobilizado industrial, materiais para construção e seus respectivos fretes originários do próprio Estado de Pernambuco ou importados. **c) Drawback e aquisição de insumos nacionais:** Previsto na Portaria SECEX 23/2011 há o benefício da suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/Imposto de Importação) na importação de insumos para o processo produtivo de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente. Há também a suspensão do IPI e PIS/COFINS na aquisição de insumos nacionais para industrialização de navios prevista na Lei nº 11.774/08 e para plataforma prevista na Lei nº 10.865/04 (Exportador Preponderante) e Decreto nº 7.212/10. **d) Instrução Normativa nº 513/2005 da SRF:** Regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na aquisição de matérias-primas e insumos para plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no país contratadas por empresas sediadas no exterior permite a aquisição no mercado interno ou externo com a suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/imposto de importação) de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente pela receita federal. **e) Ex-tarifário:** Na importação de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado há a redução da alíquota do imposto de importação para 2% após a aprovação do ex-tarifário (Portaria ME nº 39 de 24/06/2019). **f) Receitas auferidas:** Nas receitas apuradas no reparo naval em embarcações pré-registradas no REB (MP 2.158-35/2001) não há incidência de PIS e COFINS em função de serem equiparadas à exportação. **g) Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra):** O Reintegra é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados possibilitando-lhe apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente em forma de compensação ou restituição em dinheiro o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção. A nova normativa prevê que o benefício do Reintegra poderá ser entre 0,1% e 3% sobre a receita de exportação auferida. **2.21. Prejuízo por ação:** O prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui operações com efeitos diluidores e não houve nenhuma operação desse tipo para o exercício de 2021. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: reforma da taxa de juros de referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante equivalente ao movimento numa taxa de mercado; • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge* sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado; • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de Covid-19. Como um expediente prático um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021 o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2021, no entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro) uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro) independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8:** definição de estimativas contábeis em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em/ou após o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 - R1) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**4. Contas a receber, adiantamentos de clientes, receitas e custos**  
**4.1. Controladora e consolidado**

Projeto	31/12/2021				31/12/2020				
	Saldo de contas a receber	Saldo de adiantamentos de clientes	Receita do contrato reconhecida	Custos	Resultado bruto	Saldo de contas a receber	Saldo de adiantamentos de clientes	Receita do contrato reconhecida	Resultado bruto
Divisão Navios	3.508	—	—	—	—	4.760	—	—	—
Divisão Plataformas	—	993.738	—	—	—	—	993.738	—	—
Reparo Naval	2.790	1.122	65.401	(48.939)	16.462	15.085	5.849	19.381	(15.463)
Outros	5.682	1.172	—	—	—	4.433	430	—	—
<b>Total Controladora</b>	<b>11.979</b>	<b>996.032</b>	<b>65.401</b>	<b>(48.939)</b>	<b>16.462</b>	<b>24.278</b>	<b>1.000.017</b>	<b>19.381</b>	<b>(15.463)</b>
DivisãoPlataformas	(1.999)	(993.738)	—	—	—	(3.776)	(985.141)	—	—
<b>Total Consolidado</b>	<b>9.980</b>	<b>2.294</b>	<b>65.401</b>	<b>(48.939)</b>	<b>16.462</b>	<b>20.502</b>	<b>14.876</b>	<b>19.381</b>	<b>(15.463)</b>

As contas a receber são reconhecidas com base no custo mais margem prevista nos contratos de venda acordados com os clientes. Quando há indicativo de deterioração de margem os cálculos da margem da apuração do resultado naval são revisados e provisões para contratos onerosos são constituídas com base na estimativa de custos a incorrer até a entrega dos projetos.

**5. Estoques**

Matérias-primas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas	3.501	9.292	3.501	9.292
Materiais de manutenção	6.062	4.448	6.062	4.448
Materiais de consumo	317	853	317	853
	<b>9.880</b>	<b>14.593</b>	<b>9.880</b>	<b>14.593</b>

Os estoques de matérias-primas são compostos basicamente de equipamentos e materiais para a construção de navios, para serviços de reparo e para manutenção do site da Cia.

**6. Impostos a recuperar**

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recuperar (a)	4.072	4.315	4.072	4.340
COFINS a recuperar (a)	2.614	2.883	2.614	3.013
Outros	2.469	1.828	2.469	2.815
	<b>9.155</b>	<b>9.026</b>	<b>9.155</b>	<b>10.168</b>

**Não circulante**

PIS a compensar (ativo imobilizado) (a)	5.048	5.048	5.048	5.048
COFINS a compensar (ativo imobilizado) (a)	35.296	44.975	35.296	44.975
Reintegra (a), (b)	53.842	53.842	53.842	53.842
INSS s/faturamento	134	134	134	134
Outros	—	—	—	—
	<b>94.321</b>	<b>103.999</b>	<b>94.321</b>	<b>103.999</b>
	<b>103.476</b>	<b>113.025</b>	<b>103.476</b>	<b>114.167</b>

(a) De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia os créditos de PIS e COFINS a recuperar e a compensar sobre a aquisição de imobilizado, insumos e serviços aplicados na produção e Reintegra serão compensados através de declarações de compensação lastreadas em pedidos de restituição já efetuados com tributos federais a pagar tais como: imposto de renda e contribuição social e demais tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento de salários (IRRF) e serviços terceirizados como o IRRF e PIS/COFINS/CSLL. Alternativamente há a possibilidade de a Companhia pedir restituição de tais créditos; (b) A Companhia atendeu aos requisitos para obter o ressarcimento do Reintegra relativo aos projetos relacionados à exportação representados pela construção dos cascos dos navios 001 (João Cândido), 002 (Zumbi dos Palmares), 005 (André Rebouças), 009 (Milton Santos), 010 (Abdias Nascimento), 011 (Castro Alves), 012 (Carlos Drummond), 013 (Olavo Bilac), 014 (Garrincha) e 015 (Portinari) que atingiram o índice de conteúdo nacional definidos no regime e finalizados dentro do prazo de vigência do benefício. No mês de novembro de 2020 a Companhia foi ressarcida no valor de R\$ 17.218 referente ao Reintegra relativo ao Processo de Construção da Plataforma P55; (c) A Companhia foi ressarcida em agosto de 2021 no valor de R\$ 14.036 referente a créditos de PIS e COFINS a recuperar referente ao período de 2013.

**7. Aplicações financeiras restritas**

Fundo Garantidor da Construção Naval (a)	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil - Garantia Contratual BB (b)	30	35
Banco Bradesco - Garantia Execução Fiscal (c)	2.103	2.042
	<b>2.974</b>	<b>2.943</b>
	<b>5.107</b>	<b>5.202</b>

(a) Referem-se ao saldo das quotas do Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN); (b) Refere-se a cláusula contratual no período de amortização da dívida do financiamento contraído junto ao Banco do Brasil para construção das instalações da Companhia que corresponde no mínimo a 06 meses do serviço da dívida do contrato incluindo pagamento do principal e juros. Conforme acordo entre as partes foi utilizado no período de 2019 o montante de R\$ 2.838 e no período de 2020 o montante de R\$ 955 para pagamento das parcelas do financiamento; (c) Refere-se à Carta de Fiança para garantia de execução por cobrança indevida de débitos de IRPJ, IRRF e CSRF, a fim de expedição da Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa.

**8. Adiantamento a fornecedores**

Adiantamento a fornecedores estrangeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores nacionais	11	27	11	27
Importações em andamento - transitória	2.463	1.312	2.463	1.312
(-) Provisão para perda de adiantamentos	—	119	—	119
	<b>2.474</b>	<b>1.458</b>	<b>2.474</b>	<b>1.458</b>

Os adiantamentos efetuados para fornecedores estrangeiros e nacionais são basicamente para aquisição e materiais para navios e para os serviços de reparo naval.

**9. Outros créditos**

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
EAS International (a)	3.282	16.289	3.282	16.289
Consunav Rio Cons. e Eng. S.A. (b)	14.871	3.192	—	—
	—	44.956	—	—
	<b>18.154</b>	<b>64.437</b>	<b>3.282</b>	<b>16.289</b>

a) Refere-se as partes relacionadas entre o EAS e a Consunav e EAS e o EAS Inc (vide Nota Explicativa no 14); b) A Alta Administração deliberou a incorporação da Consunav pelo EAS na data de 30 de novembro de 2021.

**10. Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido**  
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 3.583.820 (R\$ 3.435.916 em 31 de dezembro de 2020) controladora e consolidado para os quais não foi reconhecido saldo de imposto diferido ativo em função da falta de perspectiva de lucro tributável futuro.

Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	(33.340)	(317.265)	(38.288)	(317.265)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(11.336)	(107.870)	(13.018)	(107.870)
<b>Ajustes ao prejuízo contábil que afetam o resultado do exercício</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(16.532)	14.814	—	—
Ajuste ao valor recuperável de ativos	—	—	—	—
Créditos fiscais não constituídos	(27.867)	93.056	(13.018)	107.870
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

**11. Investimentos em empresas controladas**

Controladas	País	Atividade	Situação	Quotas detidas (em milhares)	Participação no capital votante	
					31/12/2021	31/12/2020
Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A.	Brasil	Construção naval	Sem atividade	582.000	100%	100%
EAS Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	Compras internacionais	Operacional	3.000	100%	100%

As informações financeiras resumidas a respeito das Controladas estão descritas a seguir. Na data de 30 de novembro de 2021 as Recuperandas reuniram-se a fim de deliberar sobre a incorporação da Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ao Estaleiro Atlântico Sul S.A. conforme disposto na cláusula 8.3 do PRJ aprovado. Conforme laudo realizado pela Pemom Auditoria e Consultoria Ltda. foi incorporado ao PL do EAS o patrimônio líquido negativo de R\$ 1.545.653,05.

31 de dezembro de 2021	Informações das investidas						
	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Saldo do investimento	Equivalência patrimonial
Consunav	100%	—	—	—	(1.191)	—	(1.191)
EAS Inc	100%	1.015.811	141.400	874.411	49.813	874.410	49.813
						<b>874.410</b>	<b>48.623</b>

31 de dezembro de 2020	Informações das investidas						
	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Saldo do investimento	Equivalência patrimonial
Consunav	100%	44.631	44.986	(355)	(526)	(356)	(526)
EAS Inc	100%	1.018.402	193.804	824.598	(43.044)	824.598	(43.045)
						<b>824.242</b>	<b>(43.571)</b>

A movimentação dos investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Investimento	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de equivalência patrimonial	867.813	(43.571)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>824.242</b>	<b>824.242</b>
Resultado de equivalência patrimonial	48.623	—
Baixa por Incorporação da Consunav	1.546	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>874.410</b>	<b>874.410</b>

—☆ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**  
(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

**12. Imobilizado líquido**

	Taxas médias		Controladora e consolidado			
	anuais de		31/12/2021		31/12/2020	
	depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	—	61.763	—	61.763	61.763	
Edificações	1,0% a 2,00%	1.876.392	(317.464)	1.558.928	1.583.254	
Benfeitorias	4%	1.124	(503)	621	656	
Máquinas e equipamentos	2,5% a 10%	526.995	(232.855)	294.141	314.355	
Móveis e utensílios	10%	9.267	(8.699)	568	993	
Ferramentas	20%	32.532	(31.464)	1.067	1.633	
Instalações	10%	63.638	(57.569)	6.070	8.501	
Veículos	20%	3.717	(3.713)	4	7	
Equipamentos de informática	20%	15.306	(14.844)	462	643	
Adiantamento a fornecedores	—	13.183	—	13.183	13.183	
Obras em andamento	—	1.447	—	1.447	1.447	
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	—	(184.000)	—	(184.000)	(184.000)	
<b>Total controladora e consolidado</b>		<b>2.421.365</b>	<b>(667.111)</b>	<b>1.754.254</b>	<b>1.802.435</b>	

A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos" contratou a empresa especializada, a qual procedeu avaliação de valor justo dos principais ativos operacionais da Companhia considerando o valor dos bens tomados em conjunto, líquidos de despesas de alienação denominadas nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Conforme acima, com base na avaliação da empresa especializada foi realizado teste de *impairment* considerando o valor de liquidação do ativo então estimado em R\$ 1.754.254 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.802.435 em 31 de dezembro de 2020). O teste de *impairment* identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado no montante de R\$ 184.000 em 31 de dezembro de 2019 e o teste realizado em 31 de dezembro de 2020 e 2021 manteve os valores a qual foi registrada no resultado do exercício em rubrica específica em 31 de dezembro de 2019. A avaliação também estimou os valores justos dos ativos operacionais no montante de R\$ 2.467.412 em 31 de dezembro de 2021 (e R\$ 2.409.527 em 31 de dezembro de 2020). Note-se que a Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. Não houve mudança no agregado de ativos utilizados para identificar a unidade geradora de caixa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir: Em virtude dos contratos de financiamentos realizados quase a totalidade dos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia dos referidos empréstimos.

Custo	Saldos em 31/12/2019		Saldos em 31/12/2020		Saldos em 31/12/2021	
	Adições		Adições	Baixas		
Terrenos	—	61.763	—	—	—	61.763
Edificações	1.876.392	—	1.876.392	—	—	1.876.392
Benfeitorias	1.124	—	1.124	—	—	1.124
Máquinas e equipamentos	530.022	—	530.022	(3.028)	—	526.994
Móveis e utensílios	9.268	—	9.268	—	—	9.268
Ferramentas	32.532	—	32.532	—	—	32.532
Instalações	63.639	—	63.639	—	—	63.639
Veículos	11.591	—	11.591	(7.874)	—	3.717
Equipamentos de informática	15.306	—	15.306	—	—	15.306
Adiantamento a fornecedores	13.183	—	13.183	—	—	13.183
Obras em andamento	1.448	—	1.448	—	—	1.448
	<b>2.616.268</b>	<b>—</b>	<b>2.616.268</b>	<b>(10.903)</b>	<b>—</b>	<b>2.605.365</b>

Depreciação	31/12/2019		31/12/2020		31/12/2021	
	Adições		Adições	Baixas		
Edificações	(268.254)	(24.883)	(293.137)	(24.325)	—	(317.462)
Benfeitorias	(432)	(35)	(467)	(35)	—	(501)
Máquinas e equipamentos	(195.264)	(20.403)	(215.667)	(19.921)	2.735	(232.853)
Móveis e utensílios	(7.725)	(548)	(8.273)	(426)	—	(8.699)
Ferramentas	(30.306)	(594)	(30.900)	(566)	—	(31.466)
Instalações	(48.869)	(6.269)	(55.138)	(2.432)	—	(57.570)
Veículos	(11.583)	(3)	(11.586)	(3)	7.874	(3.714)
Equipamentos de informática	(14.457)	(208)	(14.665)	(181)	—	(14.847)
	<b>(576.890)</b>	<b>(52.943)</b>	<b>(629.833)</b>	<b>(47.888)</b>	<b>10.609</b>	<b>(667.111)</b>

Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020		Baixas	Saldo em 31/12/2021
		Adições	Baixas		
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	(184.000)	—	(184.000)	—	(184.000)
<b>Saldos líquidos - Controladora</b>	<b>1.855.378</b>	<b>(52.943)</b>	<b>1.802.435</b>	<b>(47.888)</b>	<b>(293)</b>
<b>Saldos líquidos - Consolidado</b>	<b>1.855.378</b>	<b>(52.943)</b>	<b>1.802.435</b>	<b>(47.888)</b>	<b>(293)</b>

**13. Intangível líquido**

	Taxas anuais de amortização		Controladora e consolidado			
	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2020	
Software	—	20%	1.832	—	—	2.702
Outros	—	4%	10	—	—	11
Intangível em andamento	—	—	88	—	—	88
			<b>1.931</b>			<b>2.802</b>
Controladora e consolidado						
	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 31/12/2020		Saldo em 31/12/2021	
	Adições		Adições	Baixas		
Software (a)	55.261	—	55.261	—	—	55.261
Outros	25	—	25	—	—	25
Intangível em andamento (b)	88	—	88	—	—	88
	<b>55.374</b>	<b>—</b>	<b>55.374</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>55.374</b>

Amortização	31/12/2019		31/12/2020		31/12/2021	
	Adições		Adições	Baixas		
Software	(49.385)	(3.174)	(52.559)	(870)	—	(53.429)
Outros	(12)	(1)	(13)	(1)	—	(14)
	<b>(49.397)</b>	<b>—</b>	<b>(52.572)</b>	<b>(871)</b>	<b>—</b>	<b>(53.443)</b>
	<b>5.977</b>	<b>(3.175)</b>	<b>2.802</b>	<b>(871)</b>	<b>—</b>	<b>1.931</b>

(a) Os softwares são partes independentes de seus respectivos hardwares e referem-se basicamente ao sistema ERP (SAP) utilizado pela Companhia e outros softwares e aplicativos utilizados para suporte no desenvolvimento de projetos, desenhos e construção dos navios e plataformas; (b) O intangível em andamento reflete basicamente o investimento efetuado na atualização do software utilizado atualmente pela Companhia visando torná-lo totalmente integrado entre as áreas de operação e administração da Companhia.

**14. Partes relacionadas**

	Contas a receber (a)		Adiantamentos de clientes (c)		Sub-rogação (d)
	Fornecedores (b)				
<b>Controladas</b>					
EAS International	18.880	—	993.738	—	—
Consumar Rio Cons. e Eng. S.A.	—	11.853	—	—	—
<b>Acionistas</b>					
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	—	—	—	—	34.619
Queiroz Galvão Naval S/A	—	—	—	—	—
Mover Participações S/A	—	—	—	—	126.615
Mover Participações S/A - Extraconcursal	—	—	—	—	3.003
Queiroz Galvão S/A	—	—	—	—	25.476
Queiroz Galvão S/A - Extraconcursal	—	—	—	—	483
<b>Total Controladora em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18.880</b>	<b>11.853</b>	<b>993.738</b>	<b>—</b>	<b>190.196</b>
<b>Total Controladora em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>51.924</b>	<b>11.792</b>	<b>993.738</b>	<b>—</b>	<b>127.858</b>

(a) Refere-se ao mútuo entre a EAS e a Consunav e contas a receber do EAS-INC; (b) Refere-se a venda de materiais e equipamentos da controlada EAS Inc. para o EAS; (c) Refere-se a adiantamentos por conta dos contratos de construção das plataformas de perfuração para a Controlada EAS Inc. Mais detalhes vide Nota Explicativa no 28; (d) Refere-se à sub-rogação entre o EAS e a MOVER Participações S.A., Queiroz Galvão S.A. e Construções e Comércio Camargo Correa S/A referente ao pagamento de parcelas devidas pela companhia ao BNDES pelas referidas empresas na condição de garantidores.

**14.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia:** A remuneração total paga aos administradores em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 3.628 (R\$ 2.184 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios não atrelados a vigência do contrato de trabalho.

**15. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	78.874	40.775	78.874	40.775
Matéria-prima	9.329	22.938	9.329	22.938
Outros	684	351	111.062	166.827
	<b>88.887</b>	<b>64.064</b>	<b>199.265</b>	<b>230.540</b>
Passivo circulante	13.403	30.377	105.182	116.484
Passivo não circulante	75.484	33.687	94.083	114.056

Conforme PRJ aprovado que prever a repactuação as dívidas, os credores com valores superiores a R\$ 1.000 terão atualização monetária de 120% do CDI, carência de três anos e após a carência quinze anos para amortização da dívida.

Para os demais credores listados no PRJ os pagamentos serão efetuados conforme o PRJ.

**16. Empréstimos e financiamentos**

	Controladora e consolidado			
	Encargos (*)		Vencimento	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BNDES - (1 e 2)	120% CDI	jun/2038	832.265	948.994
BNDES - Extraconcursal (1 e 2) (**)	120% CDI	jun/2038	44.853	—
Banco do Brasil (1 e 2)	120% CDI	jun/2038	76.528	82.802
Banco do Brasil - Extraconcursal (1 e 2) (**)	120% CDI	jun/2038	7.209	—
			<b>960.855</b>	<b>1.031.796</b>
Passivo circulante	—	—	—	131.653
Passivo não circulante	—	—	960.855	900.143

(\*) Refere-se à taxa efetiva dos juros incidentes sobre os empréstimos conforme os respectivos contratos, a qual foi aplicada para correção dos saldos devedores; (\*\*) Refere-se à ao crédito decorrente de obrigações contraiadas depois que a empresa entra em recuperação judicial ou créditos garantidos por alienação fiduciária e tem prioridade de pagamento. 1) Os financiamentos referem-se à construção do estaleiro sobre o saldo principal destes financiamentos incidem conforme PRJ aprovado os juros contratuais de 120% da variação do CDI ao ano e

possuem seu valor de mercado equivalente ao seu valor contábil, com carência de três anos e quinze anos de amortização; 2) Os financiamentos destinados à construção do estaleiro estão garantidos por: (a) aval parcial dos acionistas da Companhia; (b) hipoteca do imóvel para implantação do estaleiro; (c) gravames relativos a construções, instalações, máquinas e equipamentos e (d) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia. As parcelas vencíveis em longo prazo estão conforme demonstradas a seguir:

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
2023	—
2024	—
2025	13.387
2026 em diante	947.468
	<b>960.855</b>

As movimentações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.053.681</b>
Captações	—
Variações monetárias, cambiais e juros	116.994
Amortização de juros	(39.991)
Pagamento de principal	(98.888)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.031.796</b>
Variações monetárias e juros	(5.504)
Amortização de juros	(65.437)
Pagamento de principal	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>960.855</b>

**17. Obrigações trabalhistas e encargos a pagar**

	Controladora e consolidado	31/12/2021	31/12/2020
INSS e FGTS a recolher	570	592	
Provisão para férias e encargos	1.535	1.399	
Provisão para Reestruturação (a)	5.500	8.175	
Outros	550	466	
	<b>8.155</b>	<b>10.632</b>	

(a) Provisão referente ao processo de reestruturação da Companhia. A previsão da Administração é que os desembolsos ocorram ao longo do próximo exercício social. A contrapartida está registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

**18. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

**18.1. Prováveis:** A Administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos que procederam com análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportado por opinião de seus consultores jurídicos constituiu provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis R\$ 46.282 em 31 de dezembro de 2021 e (R\$ 90.378 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com o PRJ aprovado os processos trabalhistas devem ser desidratados e seu valores reduzidos conforme premissa estabelecida no Plano. **18.2. Possíveis:** A perda possível refere-se principalmente a ação ordinária de cobrança com indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes movida por ex-prestador de serviços sob a suposta alegação de não cumprimento contratual com fornecedor. A perda possível tributária refere-se principalmente a questionamentos relacionados CPRB e glosa de créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia em exercícios anteriores. A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). O valor total dos processos cíveis, tributários e trabalhistas refere-se ao montante de R\$ 274.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 214.886 em 31 de dezembro 2020) cuja probabilidade de perda é considerada possível pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos para os quais não houve constituição de provisão para riscos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os valores acima mencionados não consideram as reduções porventura aplicáveis nos termos do PRJ.

**19. Contas a pagar**

A Companhia assinou em 27 de junho de 2016 o Instrumento Particular de Transação Extra Judicial referente aos contratos celebrados entre o Estaleiro e Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e concordaram em encerrar a relação contratual no que se refere à construção dos Navios DP ("Dynamic Position") e o Estaleiro concordou em ressarcir a Transpetro em referência aos valores pagos a título de adiantamento no montante de R\$ 133.723. Condições de pagamentos previsto no PRJ vide Nota Explicativa nº 1.2.

Em fevereiro de 2020 a Cia contraiu uma dívida junto ao Bradesco S.A. no montante de R\$ 31 milhões referente a honra da fiança bancária junto ao contrato de financiamento entre o EAS e BNDES.

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	—	39.969
Passivo não circulante	179.767	132.702
	<b>179.767</b>	<b>172.671</b>

As parcelas do principal vencíveis em longo prazo estão demonstradas a seguir:

	Controladora e consolidado
	31/12/2021
2023	—
2024	—
2025	2.606
2026 em diante	177.161
	<b>179.767</b>

**20. Patrimônio líquido**

**a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.159.899 dividido em 59.801.706.116 (59.801.706.116 em 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal assim distribuídas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações	%	Ações	%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	4.840.190	0,01%	4.840.190	0,01%
Construtora Queiroz Galvão S.A.	5.053.949	0,01%	5.053.949	0,01%
Camargo Correa Naval Participações S.A.	29.896.012.868	49,99%	29.89	

—☆ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**  
(valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

**24. Instrumentos financeiros**

**24.1. Considerações gerais e políticas:** A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle definidos pela Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros quanto às políticas supracitadas é apresentada e avaliada pela Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia. **24.2. Estrutura do gerenciamento de risco:** Os principais passivos financeiros da Companhia se referem a empréstimos e contas a pagar a fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber além dos depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados em que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. A política de gestão de riscos impede a Companhia de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. **24.3. Índice de alavancagem controladora:** O índice de alavancagem é definido como a relação entre as dívidas (empréstimos e financiamentos) líquidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e o patrimônio líquido da Companhia conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
<b>Total dos empréstimos, financiamentos</b>	<b>960.855</b>	<b>1.031.796</b>
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa	(80.330)	(70.435)
(-) Aplicações financeiras restritas	(5.107)	(5.020)
<b>Dívida líquida</b>	<b>875.418</b>	<b>956.340</b>
Patrimônio líquido	388.276	421.616
Índice de alavancagem	2,25	2,27

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **24.4. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos valores constantes e com base nas operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício. **24.5. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado. A Administração da Companhia entende como mediano o risco de grandes variações no CDI para os próximos 12 meses levando em conta a política monetária do Banco Central que aumentou a taxa básica de juros para 9,15% ao ano, sinalizando ao mesmo tempo um novo aumento de 1,5 ponto percentual para a reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) em fev/22. A expectativa é fechar o ano de 2022 com 11,5% com vistas a refrear a inflação que acumulou aumento de 10,06% em 2021. Em virtude da política fiscal adotada pelo governo vigente de pagar menos juros da dívida pública, a Administração entende que um aumento significativo na taxa SELIC é improvável, pois isso acarretaria maior endividamento da União. Por outro lado, o surgimento de possíveis novas variantes do Coronavírus pode contribuir para uma eventual queda na taxa de juros, visto que programas emergenciais demandam maior expansão da base monetária para atender uma maior demanda por moeda em situações excepcionais. Dessa forma, a Companhia não tem contratado derivativos para proteger esse risco. **24.6. Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia oferece o cenário provável a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021 conforme relatório FOCUS (mediana agregado - dezembro/2021). Os cenários possível e remoto consideram uma variação de 25% e 50% respectivamente nos índices aplicáveis.

	Em 31/12/2021		Provável		Possível		Remoto		
	Risco	Taxa a.a.	Saldos	Taxa a.a. (a)	Perda	Taxa a.a.	Perda	Taxa a.a.	Perda
<b>Ativos indexados ao CDI</b>									
Aplicações financeiras, líquidas de contas garantidas	Baixa do CDI	9,15%	80.330	7,77%	(1.107)	5,83%	(2.668)	3,89%	(4.229)
<b>Passivos indexados ao CDI</b>									
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	9,15%	(960.855)	11,5%	(22.580)	(b)	(b)	(b)	(b)
					<b>(23.687)</b>				

(a) Cenário previsto foi considerando a taxa de CDI = 11,50% a.a. conforme relatório FOCUS (mediana 03 de janeiro de 2022). Para as aplicações financeiras foi considerada média de aplicação a 67,58% do CDI; (b) A Administração da Companhia entende que não é razoável um aumento de 25% ou 50% na taxa do CDI. Desta maneira não foram efetuadas análise para os cenários "possível" e "remoto".

**24.7. Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (neste caso devido a alguns custos serem denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional).

A Cia apresentou um baixo grau de exposição ao risco em referência à flutuação da moeda, visto que houve um decréscimo dos títulos a pagar em dólar aos fornecedores do EAS Inc., acrescido ao fato de que a variação do dólar em 2021 foi quatro vezes menor em comparação ao ano de 2020. **24.8. Contas a receber:** O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia. A Companhia não tem histórico de perdas devido principalmente só possuir cliente de grande porte. **24.9. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido. **24.10. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. **24.11. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao Custo Amortizado (CA):** Dada a natureza dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia os seus valores justos aproximam-se dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Os instrumentos financeiros são todos mensurados a Custo Amortizado (CA).

**25. Transações que não afetaram o caixa**

As seguintes transações não afetaram os fluxos de caixa da Companhia:

	Controladora e consolidado 2021	Controladora e consolidado 2020
Conversão de dívidas com acionistas (AFAC) em capital social (a)	—	1.436
(a) Na data de 09 de janeiro de 2020 os acionistas aumentaram o capital social da Companhia em R\$ 1.436 mediante a integralização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).		

**26. Seguros e fianças bancárias**

A Companhia contratou fianças bancárias para assegurar o cumprimento das obrigações relacionadas ao Financiamento do BNDES, FINEP, Juízo Vara Federal de PE e Energia Elétrica. As fianças totalizam R\$ 15.012 (R\$ 15.012 em 2020) composto por: R\$ 10.157 para o Finep, R\$ 4.855 para o Juízo Vara Federal de PE. (\*) A Companhia também possui contratado seguro de Riscos Operacionais, e Responsabilidade Civil e Seguro Reparador Naval no montante de R\$ 717.636 (R\$ 778.457 em 2020) seguros com coberturas para o Cais, Prédios, Disque Seco, Maquinário, Móveis, Equipamentos, Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil junto a terceiros. (\*) A Administração da Companhia entende que os valores cobertos pelas apólices contratadas em 31 de dezembro de 2021 são considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

(\*) *Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.*

**27. Encerramento dos contratos com a Sete International GMBH e seus reflexos na Companhia**

Em 4 de março de 2015 a subsidiária da Companhia EAS International Inc. notificou a Sete Brasil e suas Afiliadas ("SETE") quanto ao encerramento dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração (*Drill Ship*) ("Contratos EPC"), tendo em vista a inadimplência da SETE quanto ao pagamento dos valores devidos ao EAS Inc. nos termos dos referidos Contratos EPC após decorrido o correspondente período de cura. Tal notificação seguiu uma sequência de notificações anteriores em que o EAS Inc. cobrou a SETE a respeito dos valores em atraso e requisitou evidências quanto à sua capacidade de retomar os pagamentos suspendendo, outrossim, os Contratos EPC e consequentemente os contratos com seus fornecedores. Neste sentido em 20 de fevereiro de 2015 o EAS Inc. já havia enviado notificação a SETE encerrando os Contratos EPC em função da falha da SETE em prover o EAS Inc. com tais evidências. Em 23 de março de 2015 a Companhia e o EAS Inc. celebraram um contrato de *Stand Still* com a SETE iniciando negociações visando à solução das disputas relativas ao término dos Contratos EPC, no entanto, o *Stand Still* foi encerrado pelo EAS Inc. A decisão da Companhia de encerrar os Contratos de EPC com a SETE levou em consideração sólidos fundamentos legais, bem como os aspectos financeiros e operacionais do contrato. O objetivo principal desta decisão foi evitar ainda maiores prejuízos à Companhia, seus parceiros e colaboradores permitindo à Companhia que ajustasse sua estrutura considerando o novo fluxo de caixa, então impactado negativamente pelo não pagamento dos valores devidos pela SETE a partir de novembro de 2014. Ademais, importa ressaltar que o término dos Contratos EPC não impacta os demais projetos da Companhia. Os contratos EPC representavam R\$ 11.537.698 sendo que desse total R\$ 5.237.291 já foram reconhecidos como receitas até 31 de dezembro de 2015. Nossas demonstrações contábeis dessa forma incluem todos os ajustes relacionados ao término do contrato refletindo todos os efeitos decorrentes dos termos contratuais com clientes e renegociação com fornecedores e prestadores de serviços não gerando um efeito líquido operacional sendo seus efeitos reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015. Em relação aos débitos remanescentes com seus fornecedores a Companhia efetuou o reconhecimento de suas obrigações em seu balanço patrimonial, no entanto, a Companhia segue com as negociações com esses fornecedores, a fim que seja possível alcançar uma saída amigável para os valores cobrados. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o balanço patrimonial do EAS Inc. apresentava os seguintes saldos sendo operações *intercompany* eliminadas:

	2021	2020
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	<b>141.400</b>	<b>185.207</b>

**28. Serviços prestados pelo auditor independente**

Registre-se que a Administração nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020 não contratou a prestação de serviços da Pemom Auditores Independentes relacionados a esta Companhia que não os serviços de auditoria. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais ou promover os interesses deste.

**29. Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2022 nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis quando requeridos.

Nicole Terpins - Diretora Superintendente - CEO		Reinaldo Martinho - CRC 1SP 229.369/O-8 - Contador	
<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas</b>			

Aos Acionistas, Diretores e Conselheiros do **Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial e controladas. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial ("Companhia" ou "EAS") identificadas como controladora e consolidado que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2021 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2. às demonstrações contábeis individuais e consolidadas a qual comenta sobre o plano de recuperação judicial da Companhia aprovado em Assembleia Geral de Credores cujo valor corresponde a R\$ 1.208.752 mil, acrescido da dívida com partes relacionadas de R\$ 190.197 mil totalizando o montante aproximado de R\$ 1.398.948 mil. O plano de recuperação judicial proposto está lastreado na diversificação de suas atividades (novos negócios) e prevê as seguintes principais atividades: a) a construção naval e outras estruturas metálicas; b) a manutenção de embarcações; e c) a alienação de ativos. A continuidade operacional da Companhia e de sua controlada está atrelada ao êxito na implementação da recuperação judicial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e ao fazê-lo considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua Controlada ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua Controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente, se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua Controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua Controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua Controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022

**Pemom Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP 031.056/O-2  
**Emerson Fabri**  
Contador CRC 1SP-236.656/O-6

**Raphael Teixeira Maciel**  
Contador CRC 1SP-302.257/O-5

Publicidade Legal - 05 de abril de 2022 - ESTALEIRO BALANÇO pdf  
Código do documento d2f955f7-26ff-4ea8-998f-87ccdd22840b



## Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 05 Apr 2022, 00:32:25

Documento d2f955f7-26ff-4ea8-998f-87ccdd22840b **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-05T00:32:25-03:00

### 05 Apr 2022, 00:32:42

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8).  
Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-05T00:32:42-03:00

### 05 Apr 2022, 00:32:57

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.181.49.216 (179.181.49.216 porta: 35238). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE\_ATOM: 2022-04-05T00:32:57-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):aedc39f27a1c6f7b927882af41b6c5f1ac54b62e85a57920d4a5b2abcca3ee62  
(SHA512):8fba89def08827380b42fdc0397d8c637c5aacd4818193ae5af9e23a0605133b0d6bf12cf3c0e4848253982a65c072ca955442bbe13023a99e53501ada8c2d54

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**